

## LEGISLAÇÃO NACIONAL NO DOMÍNIO DO AMBIENTE

### Principais diplomas legais em 2024

#### GENERALIDADES

- **Decreto-Lei n.º 16/2024**, de 19 de janeiro - Prorroga o prazo para inclusão nos planos municipais e intermunicipais das regras de classificação e qualificação de solo.
- **Despacho n.º 2062-A/2024**, 2º Suplemento, 2 Série, de 22 de fevereiro, do Gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática - Aprova o orçamento do Fundo Ambiental para o ano de 2024.
- **Despacho n.º 2718/2024**, 2ª Série, de 14 de março, do Gabinete da Secretária de Estado da Proteção Civil e Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente - Designa os membros da Comissão de Planeamento de Emergência da Água e Resíduos (CPEAR).
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-E/2024**, Suplemento, de 28 de março - Autoriza o Fundo Ambiental e a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., a realizar a despesa para assegurar os processos aquisitivos relativos ao desenvolvimento de uma campanha de sensibilização, informação e comunicação sobre resíduos urbanos.
- **Aviso n.º 5296/2024/2**, 2ª Série, de 13 de março - Registo Nacional das Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas.  
Declaração de Retificação n.º 279/2024/2, 2ª Série, de 15 de abril.
- **Aviso n.º 7885/2024/2**, 2ª Série, de 15 de abril - Lista das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas com a inscrição ativa no Registo Nacional, até 31 de dezembro de 2023.

#### ÁGUA

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2024**, de 24 de janeiro - Classifica o Aproveitamento Hidroagrícola de Alvega como obra de interesse regional do grupo II.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024**, de 5 de fevereiro - Aprova o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 26-A/2024**, 1º Suplemento, de 20 de fevereiro - Reconhece a situação de alerta na região do Algarve por motivo de seca e aprova um quadro de medidas de resposta.
- **Despacho n.º 2229/2024**, 2ª Série, de 29 de fevereiro, do Secretário de Estado do Ambiente - Determina a prossecução do procedimento de elaboração do Programa Especial da Albufeira de Castelo do Bode (PEACB).
- **Despacho n.º 2230/2024**, 2ª Série, de 29 de fevereiro, do Secretário de Estado do Ambiente - Determina a prossecução do procedimento de elaboração do Programa Especial das Albufeiras do Baixo Sabor - escalão de montante e escalão de jusante (PEABS).
- **Despacho n.º 2231/2024**, 2ª Série, de 29 de fevereiro, do Secretário de Estado do Ambiente - Determina a prossecução do procedimento de elaboração do Programa Especial da Albufeira da Régua e Carrapatelo (PEARC).
- **Despacho n.º 2322/2024**, 2ª Série, de 4 de março, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente - Determina a prossecução do procedimento de elaboração do Programa Especial da Albufeira de Crestuma-Lever (PEACL).
- **Portaria n.º 124/2024/1**, de 28 de março - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de captações nos polos de captação de «Santa Cruz», «Torres Vedras», «Ramalhal» e «Campelos», no concelho de Torres Vedras.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024**, de 3 de abril - Aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas.

## AR

- **Decreto-Lei n.º 4/2024**, de 5 de janeiro - Institui o mercado voluntário de carbono e estabelece as regras para o seu funcionamento.

Declaração de Retificação n.º 15-A/2024/1, Suplemento, de 5 de março.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2024**, de 15 de março - Aprova o Plano de Ação para o Biometano 2024-2040.

- **Despacho n.º 3771/2024**, 2ª Série, de 8 de abril, do Gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática - Cria a comissão técnica de acompanhamento do mercado voluntário de carbono prevista no Decreto-Lei n.º 4/2024, de 5 de janeiro.

## IMPACTE AMBIENTAL

- **Decreto-Lei n.º 22/2024**, de 19 de março - Prorroga as medidas excecionais de simplificação dos procedimentos de produção de energia a partir de fontes renováveis.

## LITORAL

- **Despacho n.º 4034/2024**, 2ª Série, de 12 de abril - Determina a promoção da alteração do Programa de Orla Costeira de Ovar Marinha Grande (POC-OMG), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2017, de 10 de agosto.

## RESÍDUOS

- **Decreto-Lei n.º 24/2024**, de 26 de março - Altera os regimes da gestão de resíduos, de deposição de resíduos em aterro e de gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produto.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-E/2024**, Suplemento, de 28 de março - Autoriza o Fundo Ambiental e a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., a realizar a despesa para assegurar os processos aquisitivos relativos ao desenvolvimento de uma campanha de sensibilização, informação e comunicação sobre resíduos urbanos

- **Portaria n.º 150/2024/1**, de 8 de abril - Estabelece os critérios para diferenciação das prestações financeiras no âmbito dos sistemas integrados de gestão dos fluxos específicos de resíduos abrangidos pela responsabilidade alargada do produtor.

## PARQUES, RESERVAS E ÁREAS PROTEGIDAS

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2024**, de 15 de março - Aprova o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela.

## ECONOMIA E ENERGIA

- **Resolução da Assembleia da República n.º 4/2024**, de 10 de janeiro - Aprova, para ratificação, a denúncia, pela República Portuguesa, do Tratado da Carta da Energia incluindo anexos, decisões e ata final, e o Protocolo da Carta da Energia Relativo à Eficiência Energética e aos Aspetos Ambientais Associados, assinados em Lisboa, em 17 de dezembro de 1994.

- **Portaria n.º 40/2024**, de 5 de fevereiro - Procede à segunda alteração à Portaria n.º 244/2020, de 15 de outubro, a qual fixa a tarifa aplicável aos centros eletroprodutores que utilizam resíduos urbanos como fonte de produção de eletricidade em instalações de valorização energética, na vertente de queima de resíduos sólidos urbanos indiferenciados provenientes de sistemas de gestão de resíduos urbanos.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2024**, de 26 de março - Cria a Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030.

Atualizada em 15-4-2024